

**Futebol feminino e imprensa brasileira: entre a marginalização e a luta por  
reconhecimento**Isabella Lopes Callá<sup>1</sup>Bruno César dos Santos<sup>2</sup>**RESUMO:**

A participação feminina no futebol brasileiro foi historicamente marcada por restrições institucionais, estereótipos de gênero e escassa representatividade midiática. Este estudo investiga a relação entre o futebol feminino e a imprensa, analisando como os meios de comunicação contribuíram tanto para a marginalização quanto para a valorização das mulheres no esporte. A pesquisa baseia-se na hipótese de que, até o final do século XX, a imprensa reforçou discursos excludentes, limitando a participação feminina no futebol, mas que, nas últimas décadas, tem desempenhado um papel fundamental na visibilidade e reconhecimento da modalidade. Para isso, a investigação adota uma metodologia bibliográfica, mobilizando as contribuições de Judith Butler (1992) sobre identidade de gênero, Silvana Goellner (2007, 2021) sobre a exclusão histórica das mulheres no esporte e Mario Filho (1947) sobre o papel da imprensa na construção do imaginário futebolístico. Os resultados indicam que a cobertura midiática foi determinante tanto para a naturalização da exclusão das mulheres quanto para a recente legitimação do futebol feminino. Conclui-se que a transformação da narrativa jornalística é um fator central para a ampliação da inclusão e o rompimento das desigualdades históricas na modalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Futebol feminino; Imprensa esportiva; Representação midiática; Gênero e esporte.

**1. INTRODUÇÃO**

O futebol, mais do que um simples esporte, tornou-se um elemento essencial da identidade nacional brasileira. Desde sua chegada ao país, no final do século XIX, ele passou por transformações significativas que o consolidaram como uma expressão cultural e social. No entanto, essa construção identitária não foi homogênea, especialmente no que tange à participação feminina no esporte. As mulheres foram historicamente marginalizadas nos campos de futebol, enfrentando proibições institucionais e discriminação social. A imprensa, por sua vez, desempenhou um papel ambíguo: ora reforçando estereótipos e limitações impostas às mulheres, ora contribuindo para a visibilidade e expansão do futebol feminino, especialmente em tempos mais recentes.

A problemática central deste estudo reside na seguinte questão: como a imprensa contribuiu para a marginalização e posterior reconhecimento do futebol feminino no Brasil? Para responder a essa indagação, duas hipóteses são formuladas: a primeira sugere que a imprensa atuou historicamente na exclusão das mulheres no futebol, reforçando discursos de fragilidade e inadequação do corpo feminino ao esporte. A segunda hipótese argumenta que, a partir da década de 1990, e com mais intensidade nos últimos anos, a imprensa passou a ser uma aliada na luta por reconhecimento e igualdade, impulsionando a popularização do futebol feminino e ampliando sua representatividade na esfera esportiva.

O objetivo geral deste artigo é analisar a influência da imprensa na construção e na desconstrução das barreiras impostas ao futebol feminino no Brasil. Para atingir esse objetivo, são traçados três objetivos específicos: (i) examinar a evolução histórica do futebol feminino no Brasil, considerando as restrições impostas e os avanços conquistados; (ii) identificar as principais narrativas midiáticas que influenciaram a percepção social sobre as mulheres no futebol ao longo do tempo; e (iii) discutir os impactos da crescente cobertura da imprensa na promoção da equidade de gênero no esporte.

Para fundamentar esta análise, serão mobilizados conceitos de identidade de gênero e representação midiática, conforme propostos por Judith Butler (1992), que problematizam as

construções culturais do feminino e suas limitações impostas pelo discurso social. Também serão utilizadas as contribuições de Silvana Goellner (2007, 2021) sobre a história da mulher no esporte, de Ludmilla Mourão e Márcia Morel (2005) sobre as políticas de exclusão e resistência das mulheres no futebol, e de Hilário Franco Júnior (2007) sobre a dimensão simbólica do futebol na sociedade brasileira.

Além disso, serão analisados os estudos de Stuart Hall (2006) sobre identidade cultural, de Benedict Anderson (2008) sobre nacionalismo e de Mario Filho (1947 apud FRANZINI, 2009) sobre o papel da imprensa na construção do imaginário futebolístico nacional. Os trabalhos de Simone Lahoud Guedes (2009) também serão mobilizados para discutir as relações entre futebol, classe social e gênero, assim como os estudos de Sterkenburg e Knoppers (2003, apud MARTINS; MORAES, 2007), sobre a sub-representação feminina na cobertura midiática esportiva.

A metodologia adotada para a realização deste estudo é de natureza bibliográfica, com base na análise de obras acadêmicas, artigos e fontes jornalísticas que tratam da interseção entre futebol feminino e imprensa no Brasil. Serão examinados textos históricos, crônicas esportivas, reportagens e análises contemporâneas sobre a construção da imagem da mulher no futebol. A partir dessa investigação, busca-se contribuir para a compreensão crítica da relação entre gênero, mídia e esporte no contexto brasileiro.

## **2. FUTEBOL E IMPRENSA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

Embora sua chegada ao Brasil date de 1894, o futebol tem raízes medievais e foi normatizado na Inglaterra do século XIX. De um jogo rudimentar, transformou-se em um esporte com regras universais, impulsionando a organização de competições e a criação de entidades reguladoras. Fábio Franzini (2009) destaca que, na época, o rugby rivalizava com o futebol pela preferência dos britânicos. A dicotomia entre o uso das mãos na Rugby School e dos pés em outras

regiões da Inglaterra culminou na formalização do rugby em 1846 e na fundação da Football Association em 1863.

A evolução do jogo se deu com a padronização do número de jogadores, dimensões do campo, tempo de partida e a introdução do árbitro em 1872. A rápida difusão do esporte resultou em sua segmentação social: o rugby se consolidou como símbolo da elite, enquanto o futebol conquistou os operários, forjando uma identidade cultural nas classes populares (SEVCENKO apud FRANZINI, 2009).

A expansão imperialista britânica disseminou o futebol pelo mundo, transformando-o em um produto de exportação tão influente quanto os tecidos de Manchester ou os empréstimos do banco Barings (GALEANO apud FRANZINI, 2009). O Brasil, em processo de modernização e estreitamento de laços com a Europa, se mostrou um terreno fértil para a disseminação do esporte. Como observou Eça de Queiroz (apud FRANZINI, 2009), as cidades brasileiras serviam como "cabeças de ponte do mundo moderno", absorvendo os hábitos europeus em sua economia e cultura.

Os primeiros registros do futebol em solo brasileiro remontam aos marinheiros ingleses, que o praticavam no litoral. Na década de 1880, o esporte já era praticado em escolas jesuítas paulistas, frequentadas pela elite. Charles Miller, ao retornar da Inglaterra em 1894, trouxe consigo bolas, chuteiras e um livro de regras, incentivando a prática do jogo. Oscar Cox, por sua vez, introduziu o esporte no Rio de Janeiro após estudar na Suíça (AQUINO, 2002; KLEIN & AUDINO, 1996 apud FRANZINI, 2009).””

Apesar da rápida disseminação, o futebol enfrentou resistência inicial. No Brasil do final do século XIX, esportes como remo e turfe dominavam as preferências urbanas, e o conceito de empate era pouco compreendido. Em 1901, uma das primeiras partidas entre brasileiros e sócios do Rio Cricket Club, organizada por Oscar Cox, teve pouca repercussão na mídia e frustrou as expectativas devido aos sucessivos empates (PEREIRA apud FRANZINI, 2009).

O ceticismo inicial se estendia a intelectuais como Graciliano Ramos, que duvidava da popularização do futebol no Brasil. No entanto, clubes como São Paulo Athletic, Mackenzie

College e Club Athletic Paulistano surgiram rapidamente. Em 1901, foi criada a primeira liga de clubes paulistas, responsável pelo Campeonato Paulista (FRANZINI, 2009). No Rio de Janeiro, Oscar Cox incentivou a fundação do Fluminense Football Club, o primeiro grande clube exclusivamente futebolístico do estado.

Inicialmente, o futebol era um privilégio da elite, associado a um status social elevado e excluindo as camadas populares. Jornais como Minas Geraes se referiam aos praticantes como "distintos sportsmen e gentis sportswomen" (FRANZINI, 2009). As ligas futebolísticas impunham restrições para manter o esporte restrito à elite. Em 1919, O Sportivo exaltava o tênis como "o jogo chic e elegante" (SANTOS, 2009).

A presença feminina nos estádios, por outro lado, contribuiu para o vocabulário futebolístico. O termo "torcedora" teria surgido das mulheres que, ansiosas durante os jogos, torciam as luvas que usavam, como descrito por Coelho Netto (FRANZINI, 2009). No entanto, enquanto as mulheres eram bem-vindas nas arquibancadas, sua participação como jogadoras era marginalizada.

A ascensão das camadas populares no futebol era inevitável ou, nas palavras de Simone Lahoud Guedes (2009), a inclusão de jogadores de classes mais baixas, especialmente negros, se tornou necessária devido à dificuldade dos atletas da elite em acompanhar o nível de competição. O racismo se manifestava de forma velada, com estatutos de clubes restringindo a participação de negros sem mencioná-los diretamente. O Estatuto da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), de 1924, proibia a inscrição de jogadores que exercessem profissões braçais ou não soubessem ler e escrever, um mecanismo de exclusão racial (SANTOS, 2009).

O Vasco da Gama desempenhou um papel crucial na luta contra a segregação racial. Em 1924, o clube se recusou a eliminar jogadores de seu elenco para atender às normas racistas da AMEA e enviou uma carta anunciando sua desfiliação, um ato de coragem reconhecido pela imprensa da época (Gazeta de Notícias, 1924, apud SANTOS, 2009).

A imprensa desempenhou um papel fundamental na construção da narrativa do futebol no Brasil. O rádio, na década de 1930, consolidou o esporte como espetáculo, enquanto cronistas

como Mário Filho e Nelson Rodrigues imortalizaram jogadores e partidas. A imprensa carioca, em particular, transformou o futebol em um universo de mitos e emoções, criando alcunhas icônicas para os clássicos, como "Clássico dos Milhões" (Flamengo x Vasco) e "Fla-Flu", definido por Nelson Rodrigues como "um jogo que nasceu quarenta minutos antes do nada" (COELHO, 2013).

O futebol se tornou um reflexo da sociedade brasileira, e seus jogadores, figuras quase divinas. Hilário Franco Júnior (2007) observa que o esporte assumiu uma dimensão religiosa, com estádios como "templos sagrados" e ídolos tratados como santos. A mídia reforça essa devoção, como demonstrado na cobertura de Romário na Copa de 1994, quando sua trajetória foi descrita como a personificação do sonho brasileiro (HELAL, 1999). O futebol transcendeu seu status de mero esporte para se tornar um elemento central da identidade nacional, impulsionado pela imprensa, que transformou jogos e jogadores em símbolos eternos.

### **3. A MULHER BRASILEIRA NO ESPORTE: ENTRE A FEMINILIDADE E A ILEGALIDADE**

A participação feminina na prática esportiva sempre foi marcada por restrições e seletividade, sendo direcionada para modalidades consideradas menos agressivas. Historicamente, as mulheres estiveram presentes no universo do futebol, mas sua atuação foi amplamente limitada ao papel de espectadoras, retratadas na literatura como figuras ornamentais que apoiavam seus maridos e "embelezavam" os jogos.

No entanto, dentro do campo, a realidade era outra: a presença feminina era praticamente inexistente, sem um equivalente ao sportman no imaginário esportivo. A adaptação do futebol ao contexto brasileiro não foi simples, e para as mulheres, os desafios foram ainda maiores devido a proibições que ultrapassavam o esporte. Para compreender essa exclusão, é necessário analisar sua evolução histórica.

A história da participação feminina no esporte brasileiro é caracterizada por avanços e retrocessos, sem uma linearidade evidente. Essa trajetória é marcada por diferentes formas de

envolvimento, seja como atletas, jornalistas, árbitras, torcedoras, treinadoras ou dirigentes. Contudo, desde o início, a mulher foi socialmente associada a atributos como beleza, maternidade e feminilidade, o que influenciou a forma como sua presença no esporte foi percebida. O foco sobre seus corpos e aparências sempre se sobrepôs ao reconhecimento de suas conquistas e desafios.

Goellner (2007) destaca que o desenvolvimento do esporte no Brasil remonta aos anos de 1830 e 1840, quando surgiram os primeiros clubes de remo, turf e atletismo, frequentados pelas elites urbanas. Apesar de essas modalidades serem vistas como saudáveis e familiares, sua prática era predominantemente masculina, cabendo às mulheres apenas o papel de espectadoras.

Com o início do século XX, o cenário começou a mudar gradativamente, especialmente para mulheres das classes mais altas, que tinham maior acesso à escolarização e às influências europeias, incluindo a prática esportiva. Assim, modalidades como remo, turf, esgrima, natação, tênis, arco e flecha e ciclismo passaram a ser praticadas por mulheres (GOELLNER, 2007, p. 144).

Ainda segundo Goellner, a presença feminina no esporte representava uma novidade para a sociedade da época. A literatura romantizava a mulher brasileira, retratando-a como graciosa e delicada, destinada ao casamento e à maternidade. Entretanto, essa visão começou a se transformar à medida que médicos passaram a defender os benefícios das práticas esportivas para a saúde feminina, tanto no aspecto estético quanto na preparação para a maternidade. A atividade física passou a ser vista como um instrumento para fortalecer a mulher, tornando-a apta a enfrentar os desafios de uma sociedade em modernização.

Dentre as modalidades mais aceitas para as mulheres, destacaram-se o hipismo e o tênis. O primeiro já era uma tradição entre a elite, enquanto o segundo simbolizava elegância, pois permitia às damas manterem sua graça e feminilidade mesmo durante a prática esportiva (GOELLNER, 2007, p. 274). O esporte, portanto, consolidou-se como um meio de modelagem corporal tanto para homens quanto para mulheres. Para estas, em especial, acreditava-se que a preparação física contribuiria para o fortalecimento moral e biológico da sociedade. A edição de 1929 do *Boletim de Eugenia*, publicação da Sociedade Eugênica de São Paulo, exemplifica essa visão:

É em face da procriação que avulta a importância do esporte para a mulher. Ela precisa não apenas estar apta para o exercício pleno daquela função, mas estar também em condições físicas para gerar seres fortes. É cuidando de seu próprio corpo, de sua saúde, de sua eficiência física que a mulher adquire os conhecimentos práticos indispensáveis a realizar uma vida sadia e forjar uma geração forte; praticando esporte a mulher fará desta uma verdadeira escola de saúde [...] e preparar-se-á melhor para dar à espécie filhos sãos e filhos fortes" (apud GOELLNER, 2007, p. 275).

Com essa nova perspectiva, surge a figura da "nova mulher", que se distancia da imagem exclusivamente doméstica. O esporte passa a ser um espaço de exercício e sociabilidade feminina. Para ampliar sua participação, foram criadas competições específicas, como os Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935), os Jogos da Primavera no Rio de Janeiro (1939) e os Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre (1954) (GOELLNER, 2007, p. 278).

Além dessas competições, as mulheres começaram a se inserir em modalidades antes consideradas exclusivamente masculinas, como corridas de longa distância, lutas e futebol. No entanto, essa expansão não foi bem recebida pelas autoridades esportivas e setores conservadores da sociedade. Como apontam Ludmilla Mourão e Márcia Morel, em 1941 foi promulgado o Decreto-Lei nº 3.199, que estabeleceu as diretrizes do esporte nacional e impôs restrições à participação feminina. O artigo 54 desse decreto determinava que “às mulheres não se permitirá a prática dos esportes incompatíveis com as condições de sua natureza”, sendo o Conselho Nacional dos Desportos (CND) responsável por indicar “as necessárias instruções às entidades esportivas do país” (apud MOURÃO & MOREL, 2005, p. 77).

Esse dispositivo oficializou a proibição de diversas modalidades, como futebol, rugby, polo, polo aquático, corridas de fundo e lutas, classificadas como inadequadas ao sexo feminino. Essa proibição vigorou por mais de três décadas, limitando severamente o desenvolvimento do esporte feminino no Brasil. Durante as décadas de 1940 e 1950, mulheres foram excluídas de muitas práticas esportivas, e nos anos 1960 e 1970, diversas iniciativas de incentivo foram

descontinuadas, levando à interrupção de investimentos por parte de clubes e instituições (GOELLNER, 2007, p. 279).

A justificativa para tais restrições baseava-se na suposta fragilidade feminina. O esforço físico, a transpiração excessiva e a exposição dos corpos eram notados como ameaças à feminilidade idealizada, reforçando a imagem da mulher como dócil e materna. Como destaca Goellner, tais proibições reafirmavam a soberania masculina sobre o esporte, utilizando argumentos biológicos para justificar a exclusão das mulheres.

Apesar das restrições, muitas mulheres continuaram a praticar esportes considerados ilícitos. A resistência persistiu até meados da década de 1970, quando o CND reconheceu a necessidade de incentivar a participação feminina no esporte. Durante a Ditadura Militar, o esporte foi instrumentalizado como propaganda governamental e passou a ser visto como uma questão de Estado. Nesse contexto, a imagem da atleta mulher começou a ganhar visibilidade, consolidando um novo momento para o esporte feminino no Brasil (GOELLNER, 2007, p. 280).

#### **4. A TRAJETÓRIA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL: DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS**

O futebol feminino no Brasil possui uma trajetória marcada por desafios e resistências, evidenciados desde seus primórdios. A ausência de registros históricos precisos impossibilita a determinação exata do momento em que as mulheres começaram a atuar nos campos, dificultando a reconstrução detalhada desse percurso.

No contexto mundial, Eliberto José Lessa de Moura aponta que, segundo a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), a primeira partida de futebol feminino ocorreu em 1880, na Inglaterra, organizada pela ativista feminista Nettle Honeyball. Em contrapartida, Bill Murray (2000 apud Moura, 2003) sugere que o evento inicial se deu em 1895, em Crouch End, Londres, onde Nettie Honeyball, e não "Nettle", conforme apontado nos arquivos da FIFA,

coordenou um jogo entre mulheres do Norte e do Sul da Inglaterra, com um público superior a oito mil espectadores.

Além disso, Murray destaca que em 1898 houve outro evento oficial, no qual as seleções da Inglaterra e da Escócia se enfrentaram. Contudo, essa ascensão inicial do futebol feminino foi abruptamente interrompida em 1902, quando a Federação Amadora Inglesa (FA) proibiu a prática do esporte pelas mulheres (Murray, 2000 apud Moura, 2003).

No Brasil, Moura relata que algumas pesquisas indicam que a primeira partida feminina ocorreu em 1913, disputada entre os times Cantareira e Tremembé, da Zona Norte de São Paulo. A mídia da época, notadamente irônica, destacou o confronto com frases como: "As mulheres podem até jogar futebol". No entanto, o jornal Correio Paulistano afirmou que a partida, de caráter benéfico para a construção de um hospital infantil pela Cruz Vermelha, ocorreu, mas com equipes diferentes. Em 1913, conforme registros da imprensa, a prática ainda era vista com um tom jocoso, como evidenciado pelo Jornal da Manhã, que descreveu os jogos femininos como eventos circenses, nos quais as falhas das jogadoras geravam risos e entretenimento (CUNHA, 2016, p. 235).

A historiografia sobre o futebol feminino no Brasil também menciona um suposto início da modalidade nas praias do Rio de Janeiro, especificamente no Leblon, por volta de 1920. Segundo o Jornal do Brasil (1976), as partidas ocorriam à noite, pois as jogadoras, em sua maioria empregadas domésticas, trabalhavam durante o dia. Esse aspecto reforça que, ao contrário do futebol masculino, inicialmente restrito às elites, o futebol feminino abrangia camadas sociais diversas desde seus primeiros anos.

Durante a década de 1940, o futebol feminino começou a enfrentar oposição institucionalizada. Os anúncios de recrutamento de jogadoras refletiam mais uma busca por modelos do que por atletas: "Moças de 15 a 25 anos, que queiram ingressar no football, com consentimento dos seus maiores, queiram apresentar-se à Rua Silva Gomes, 131, Cascadura" (CUNHA, 2016, p. 236).

Com isso, surgiram debates acalorados sobre a adequação da prática esportiva para mulheres. Enquanto alguns enxergavam uma nova forma de atividade física feminina, outros temiam que elas adotassem comportamentos masculinizados. O descontentamento chegou ao governo e, em 1941, o Decreto-Lei nº 3.199 proibiu oficialmente a participação feminina no futebol, sob a alegação de que o esporte comprometia funções orgânicas essenciais à maternidade.

A proibição formal gerou reações na sociedade. José Fuzeira, em carta ao então presidente Getúlio Vargas, expressou sua preocupação com a crescente adesão feminina ao esporte, afirmando que o futebol poderia prejudicar a saúde das mulheres e sua função materna (CUNHA, 2016, p. 237). Essa visão influenciou o Ministério da Educação e Saúde a emitir um documento reforçando os perigos do esporte para as mulheres, argumento que sustentou a manutenção do Decreto-Lei.

Somente em 1981, com a revogação do decreto, o futebol feminino voltou a se estruturar de forma mais organizada. O surgimento do Radar Futebol Clube, no Rio de Janeiro, marcou essa retomada, sendo um dos primeiros times a alcançar reconhecimento nacional e internacional. Entretanto, a modalidade ainda enfrentava barreiras financeiras e de visibilidade. A ausência de patrocínios dificultava a profissionalização e, embora o Radar tenha conquistado diversos títulos e disputado campeonatos internacionais, sua trajetória foi encerrada nos anos 1990 devido à falta de apoio midiático e financeiro.

A inclusão do futebol feminino nos Jogos Olímpicos de 1996, em Atlanta, representou um avanço significativo. O Brasil, apesar de não conquistar medalhas nesse primeiro momento, consolidou-se como uma das principais seleções mundiais. A ascensão da jogadora Marta Vieira da Silva também contribuiu para essa visibilidade.

Eleita cinco vezes consecutivas como a “melhor jogadora do mundo” pela FIFA, entre 2006 e 2010, Marta tornou-se símbolo da luta por melhores condições para as atletas. Em entrevistas, a jogadora reiterou que trocaria seus prêmios por mais estrutura para a modalidade, evidenciando a disparidade de oportunidades entre o futebol masculino e feminino no Brasil.

A profissionalização do futebol feminino ainda enfrenta obstáculos. De acordo com dados recentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), apenas dois clubes no país, Santos e América-MG, oferecem contratos profissionais para suas jogadoras. Muitas equipes sobrevivem com ajudas de custo, transporte e bolsas-auxílio.

A criação da Copa do Brasil de Futebol Feminino, em 2007, representou uma tentativa de fortalecer a modalidade, mas a ausência de investimentos e apoio da mídia prejudicou sua consolidação. Em 2019, uma nova diretriz da CBF, FIFA e Conmebol tornou obrigatória a formação de equipes femininas nos clubes que disputam a Copa Libertadores, medida que visa promover maior equidade de gênero no esporte.

O futebol feminino no Brasil tem, historicamente, sido marcado por resistência e superação. Ainda que obstáculos persistam, iniciativas recentes sinalizam um cenário mais promissor. Contudo, desafios como a desigualdade de investimentos, a escassa cobertura midiática e a falta de incentivo estrutural precisam ser superadas para garantir que as jogadoras recebam o reconhecimento e as condições adequadas para o desenvolvimento do esporte.

## **5. REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO FUTEBOL: CONSTRUÇÃO DE GÊNERO, MÍDIA E DESAFIOS ESTRUTURAIS**

A construção social da mulher esteve, por muito tempo, atrelada a concepções restritivas que a vinculavam à maternidade, à beleza e à feminilidade idealizada. O movimento feminista emergiu como um importante catalisador na desconstrução desses paradigmas, promovendo uma reconfiguração das identidades de gênero e possibilitando que mulheres reivindicassem novos espaços, inclusive no esporte. Durante décadas, a participação feminina no futebol foi encarada como uma afronta aos valores patriarcais, o que resultou em barreiras institucionais e narrativas midiáticas que reforçavam estereótipos de fragilidade e inadequação. A imprensa, inserida nesse contexto machista, cobria as partidas femininas de forma jocosa, ironizando sua presença no esporte e reforçando a exclusão simbólica.

Ainda que as noções tradicionais sobre a mulher tenham perdido força, a desigualdade de gênero permanece evidente, principalmente na forma como a mídia retrata e valoriza o futebol feminino. Essa perspectiva desafia a ideia de que o gênero é uma característica biológica e propõe uma visão sociocultural, na qual a identidade feminina é moldada por normas e valores transmitidos ao longo da vida. Guaciara Lopes Louro (2008) complementa essa visão ao afirmar que a construção dos gêneros ocorre por meio de inúmeras aprendizagens e práticas disseminadas por instâncias culturais e sociais, como a família, a escola e a mídia. Nesse sentido, a identidade feminina é resultado de um processo dinâmico e não de uma determinação biológica fixa.

A mídia exerce um papel determinante na manutenção das normas de gênero. Louro (2008) ressalta que o discurso midiático funciona como uma potente pedagogia cultural, reforçando expectativas sobre o que é considerado feminino e masculino. Esse fenômeno é evidente na forma como a feminilidade é representada por meio de atributos como delicadeza, docura e subserviência, enquanto a masculinidade é associada à força e à competitividade. Como consequência, a participação da mulher no futebol continua sendo desvalorizada, e sua atuação frequentemente reduzida a aspectos estéticos e emocionais, em detrimento de sua competência técnica.

Casos emblemáticos reforçam esse cenário de discriminação. Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, após a eliminação da seleção brasileira feminina, o radialista Milton Neves comentou que "futebol feminino é igual gordo comendo salada: não tem graça nenhuma". Esse tipo de manifestação revela o preconceito estrutural que insiste em questionar a legitimidade da mulher no esporte.

Paralelamente, a imposição da masculinidade tradicional também afeta os homens, punindo aqueles que não se encaixam nos padrões heteronormativos e viris. O episódio envolvendo Cristiano Ronaldo, chamado de "bicha" pelo jogador espanhol Koke, ilustra como a homofobia está entranhada no ambiente esportivo, servindo como mecanismo de policiamento das identidades de gênero.

A historiadora Joan Scott (1990) argumenta que o conceito de gênero é uma construção que estrutura relações de poder, indo além da mera distinção entre os sexos. No entanto, sua teoria

enfrenta desafios quando aplicada à realidade de pessoas transgênero, que não se encaixam nas categorias binárias tradicionais. Judith Butler (1992) amplia essa discussão ao propor que o gênero não é uma essência fixa, mas sim uma performance reiterada ao longo do tempo. Para Butler, a diversidade de expressões de gênero deve ser reconhecida como legítima, em oposição à rigidez das normas convencionais.

Nos últimos anos, as redes sociais desempenharam um papel crucial na amplificação das vozes de grupos marginalizados, permitindo que questões de gênero e representatividade fossem debatidas com maior alcance. Entretanto, mesmo diante desses avanços, as normas de gênero ainda são rigidamente reguladas. Louro (2008) observa que aprendemos a viver o gênero e a sexualidade por meio dos discursos culturais disseminados pela mídia, pela ciência, pela religião e pelas leis. Ainda que as possibilidades identitárias tenham se expandido, a estrutura social segue operando mecanismos de controle e vigilância sobre corpos e comportamentos.

A democratização do esporte e a desconstrução dos estereótipos de gênero são essenciais para a promoção da equidade. Cabe à imprensa e à sociedade romper com padrões limitantes, revisando suas narrativas e reconhecendo a diversidade das identidades de gênero e sexualidade. Apenas por meio dessa transformação será possível garantir uma representação mais justa e inclusiva para as mulheres no futebol e em outras esferas esportivas.

## **6. O ESPAÇO OCULTO NA MÍDIA E O SURGIMENTO DE CAMINHOS ALTERNATIVOS**

A relação entre a mídia e o futebol reflete um significativo impacto social, consolidando o esporte como um fenômeno de massa. A imprensa desempenhou um papel essencial na difusão do futebol pelo país, alavancando sua popularidade e consolidando a identidade cultural brasileira em torno do esporte. No entanto, essa visibilidade não se estendeu de maneira equitativa ao futebol feminino, evidenciando um desequilíbrio de gênero na cobertura midiática.

A mídia esportiva, amplamente dominada por homens brancos e heterossexuais, perpetua estereótipos e preconceitos que marginalizam a participação feminina no esporte. Estudos de Sterkenburg e Knoppers (2003, apud MARTINS; MORAES, 2007), sobre esporte e discriminação demonstram que essa tendência não é exclusiva do Brasil.

Independentemente do país ou do evento analisado, os esportes femininos continuam sendo sub-representados, frequentemente descritos como menos emocionantes e menos dignos de destaque jornalístico. A invisibilidade das mulheres na cobertura esportiva é, portanto, um reflexo de questões estruturais de gênero que permeiam não apenas o futebol, mas toda a sociedade.

A imagem da mulher no esporte continua atrelada a padrões estéticos e à sua sexualização uma vez que muitos veículos de comunicação moldam um imaginário coletivo que reforça preconceitos e perpetua desigualdades. Essa dinâmica se manifesta na forma como as identidades de gênero são retratadas: enquanto os homens são exaltados por sua força e habilidade, as mulheres são frequentemente avaliadas por sua aparência ou por aspectos de suas vidas pessoais.

A pesquisadora Maria Genny Caturegli argumenta que o problema não reside no futebol em si, mas na subversão dos papéis de gênero que ele representa. Historicamente, as mulheres foram limitadas ao espaço doméstico, e sua inserção no esporte foi vista como uma afronta a essas expectativas sociais. A proibição da prática esportiva feminina no passado foi, em grande parte, reforçada pela imprensa, que desempenhou um papel ativo na marginalização do futebol feminino (CATUREGLI, 2006, p. 3).

A interdependência entre esporte e mídia é evidente. Diversos meios de comunicação, como canais de televisão, jornais especializados e programas de rádio, são responsáveis por definir quais esportes ganham destaque e quais são negligenciados. Essa dependência é sentida pelas próprias federações esportivas e atletas, que se moldam às exigências midiáticas para garantir visibilidade, patrocínio e reconhecimento (CAMARGO; KESSLER, 2017).

A desigualdade no tratamento entre o futebol masculino e feminino também é evidente no teor das manchetes e reportagens. Uma pesquisa da Universidade de Cambridge (CATUREGLI, 2006, p. 12) revelou que os termos "homens" e "homem" aparecem três vezes mais do que

"mulher" ou "mulheres" na seção de esportes. Quando o foco é o futebol feminino, aspectos pessoais das jogadoras são frequentemente enfatizados em detrimento de seus desempenhos atléticos. Esse viés reflete-se até mesmo em casos específicos, como a manchete "Meninas dão de quatro", publicada pelo jornal Manaus Hoje em referência à vitória da Seleção Feminina sobre a Rússia. Embora o jornal tenha posteriormente se retratado, o caso evidencia como o futebol feminino é frequentemente tratado com desdém pela imprensa.

O machismo também está presente na forma como os clubes promovem suas equipes femininas. Em 2016, o Clube Atlético Mineiro apresentou seus novos uniformes masculinos com modelos vestidos com camisas, bermudas e chuteiras, enquanto as mulheres foram retratadas de biquíni e salto alto. Essa diferenciação reforça a objetificação da mulher no esporte, reduzindo sua presença a um elemento decorativo em vez de destacá-la como atleta.

A falta de representação feminina na mídia também impacta a formação de referências para novas gerações. Segundo Toohey (KNIJNIK, 2010, p. 38), as mulheres têm poucas atletas em quem possam se espelhar, pois suas conquistas são sistematicamente ignoradas. Marta, camisa 10 da Seleção Brasileira e cinco vezes melhor jogadora do mundo, é um caso emblemático. Apesar de seu sucesso, sua presença na mídia é reduzida quando comparada à de jogadores masculinos menos expressivos.

O próprio Pelé, ao chamá-la de "Pelé de saia", reforçou a tendência de enquadrar a performance feminina dentro de padrões masculinos, em vez de reconhecê-la por seus méritos próprios (CAMARGO; KESSLER, 2017). Felizmente, algumas iniciativas têm buscado ampliar a presença feminina no futebol e na mídia esportiva. A nomeação de Emily Lima como técnica da Seleção Brasileira em 2016 marcou um avanço na inclusão de mulheres na gestão esportiva.

No âmbito midiático, a criação do portal ESPNW e de plataformas digitais independentes, como o Dibradoras e o Planeta Futebol Feminino, vem preenchendo lacunas deixadas pelos grandes veículos de comunicação. Entretanto, a sustentação dessas iniciativas ainda enfrenta desafios. Como ressalta Kessler (2015, p. 230), grande parte desses projetos é mantida por

voluntários e pode ser descontinuada a qualquer momento. Isso reforça a necessidade de políticas mais efetivas para garantir a visibilidade e valorização do futebol feminino.

Assim, a transformação dessa realidade passa não apenas pela mídia, mas por uma mudança cultural mais ampla. Somente com um discurso mais equânime e inclusivo poderemos garantir que o futebol feminino receba o respeito e o reconhecimento que merece.

## 7. CONCLUSÃO

A análise da relação entre o futebol feminino e a imprensa revelou um panorama complexo, em que a mídia historicamente desempenhou um papel contraditório. Durante grande parte do século XX, os veículos de comunicação reforçaram discursos que excluíam as mulheres do futebol, consolidando a visão de que este era um esporte essencialmente masculino.

A cobertura midiática muitas vezes ridicularizou a participação feminina, reforçando estereótipos de fragilidade e inadequação. No entanto, a partir da década de 1990, e especialmente nos anos 2000, essa postura passou por uma transformação significativa. O futebol feminino começou a ganhar mais espaço na imprensa, impulsionado por eventos internacionais e pelo desempenho de atletas de destaque, como Marta, cuja presença midiática ajudou a legitimar a modalidade.

Com base na revisão bibliográfica e na análise de fontes históricas e midiáticas, confirmou-se que a problemática proposta foi respondida de forma satisfatória. A primeira hipótese, que sugeria o papel da imprensa na exclusão do futebol feminino, foi amplamente corroborada pelos estudos analisados, que evidenciam como os discursos midiáticos contribuíram para a marginalização das mulheres no esporte.

Da mesma forma, a segunda hipótese, que indicava uma mudança nesse cenário nas últimas décadas, também se mostrou válida, uma vez que a imprensa passou a atuar como um agente de visibilidade e reconhecimento do futebol feminino, ainda que desafios persistam.

O estudo também evidenciou que a transformação das narrativas midiáticas não ocorreu de maneira espontânea, mas sim impulsionada por movimentos feministas, atletas, jornalistas e pesquisadores que pressionaram por mudanças na cobertura do esporte feminino. A análise da obra de Judith Butler (1992) ajudou a compreender como a construção social do gênero influenciou a forma como as mulheres foram retratadas no futebol.

Silvana Goellner (2007) e Ludmilla Mourão e Márcia Morel (2005) trouxeram contribuições essenciais para compreender os desafios históricos da mulher no esporte e as estratégias de resistência adotadas. Mario Filho (1947) e Hilário Franco Júnior (2007) foram fundamentais para analisar o papel da imprensa na construção da identidade do futebol no Brasil, enquanto Stuart Hall (2006) e Benedict Anderson (2008) auxiliaram na compreensão do futebol como parte da identidade nacional brasileira.

Apesar dos avanços observados, a pesquisa indica que ainda há barreiras a serem superadas. A cobertura midiática do futebol feminino continua sendo desigual em comparação ao futebol masculino, e a representatividade das mulheres na gestão esportiva e na arbitragem ainda é limitada. Além disso, a sexualização das jogadoras e a resistência cultural à sua presença no esporte demonstram que os desafios não são apenas estruturais, mas também simbólicos e culturais.

Diante desse cenário, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre o impacto das redes sociais na visibilidade do futebol feminino e como novas mídias vêm contribuindo para a mudança dessa narrativa. Além disso, estudos comparativos entre a cobertura midiática do futebol feminino e de outras modalidades esportivas podem oferecer insights sobre padrões de exclusão e inclusão no esporte.

A continuidade dessas investigações é essencial para promover debates que contribuam para a equidade de gênero no esporte, garantindo que o futebol feminino não apenas ocupe espaço na mídia, mas que seja tratado com a mesma seriedade e reconhecimento que o futebol masculino.

## 8. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, n.78, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mihA>. Acesso em 28 jan 2025.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S.. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e *performance* no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 191–225, jan. 2017. Disponível em: <https://shre.ink/MwnB>. Acesso em 28 jan 2025.

CATUGAREGLI, Maria Genny; CASTRO, Caio Casagrande; MAROLO, Paula. A problemática da imprensa na cobertura do futebol feminino brasileiro. **Revista Videre Futura**. Ano 1, v.1, jan/jul. 2012. Disponível em: <https://abre.ai/mihA>. Acesso em 28 jan 2025.

COELHO, Paulo Vinícius. **Jornalismo Esportivo**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CUNHA, Teresa Cristina de Paiva. O início do futebol feminino no Brasil. **Mulheres Na Área: Gênero, diversidade e inserções no futebol**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2016.

FRANCO JR., Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. "A futura paixão nacional: chega o futebol". In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 27, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Xmimy>. Acesso em 28 fev 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Ensaios**, Porto Alegre, v. 13, ed. 02, p. 171-196, 8 ago. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gDaQ4>. Acesso em 03 fev 2025.

GUEDES, Simoni. "Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil". In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELAL, Ronaldo. Futebol do Heróis e Ídolos, Mídia. **Revista de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física**, Santa Maria, vol.2, CEFD/UFSM, 1999. Disponível em: <https://shre.ink/MwUN> . Acesso em 13 fev 2025.

KESSLER, Cláudia. **Mais que Barbies e Obras: Uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos.** 2015. 375f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/MwnU>. Acesso em 06 fev 2025.

KNIJNIK, J. D. Gênero: um debate que não quer calar. In: KNIJNIK, J. D. **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 25-66.

LOURO, Guaciara Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n.2, p.17-23, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MwUA> . Acesso em 06 fev 2025.

MARTINS, Leonardo; MORAES, Laura. O futebol feminino e sua inserção na mídia: A diferença que faz uma medalha de prata. **Revista Pensar a Prática.** v.10, n.1, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/Mw1j>. Acesso em 03 jan 2025.

MOURÃO, Ludmilla; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v.26, n.2, jan. 2005. Disponível em: <https://shre.ink/MwmM>. Acesso em 28 jan 2025.

SANTOS, Doiara Silva dos; MEDEIROS, Ana Gabriela Alves. O Futebol Feminino no Discurso Televisivo. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://shre.ink/Mw1q> . Acesso em 28 jan 2025.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses.** New York. Columbia University Press, 1989.

